



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI
RUA: Francisco Vicente de Moraes, 122 – Centro
SÃO JOSÉ DO SABUGI – PB. CEP: 58610-000
CNPJ Nº 088832170001-07

LEI nº 498, de 20 de Outubro de 2015.

Dispõe sobre a Criação do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência e da outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI - PB, no uso de suas atribuições legais faz saber que a Câmara Municipal APROVOU e ela SANCIONA a seguinte LEI:

CAPÍTULO I

Da Criação, Finalidade e Competência.

- Art. 1º - Fica criado, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, órgão paritário, de caráter permanente, articulador, normativo, deliberado e consultivo de valorização, atendimento, defesa e preservação dos direitos individuais e coletivos da pessoa portadora de deficiência.
- Art. 2º - Ao Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência compete estabelecer diretrizes que visem à implementação dos planos e programas de apoio às pessoas portadoras de deficiência, propondo medidas de defesa dos seus direitos, articulação e fiscalização de Políticas Públicas.



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI
RUA: Francisco Vicente de Morais, 122 – Centro
SÃO JOSÉ DO SABUGI – PB. CEP: 58610-000
CNPJ Nº 088832170001-07

CAPÍTULO II

Da Composição e Funcionamento do Conselho

Art. 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência terá a seguinte composição paritária:

I – Um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos:

Secretaria Municipal de Assistência Social;

Secretaria Municipal de Saúde;

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura;

II – Um representante e respectivo suplente do Ministério Público

III – Representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizada. A seguir indicados:

- a) representantes de organizações municipais de e para pessoas portadoras de deficiência;
- b) representantes de organização municipal de empregadores;
- c) representantes de organização municipal de trabalhadores.

§ 1º - Os representantes das organizações municipais de e para pessoas portadoras de deficiência serão escolhidos dentre os que atuam nas seguintes áreas:

- a)- área de deficiência mental;
- b)- área de deficiência visual;
- c)- área de deficiência auditiva;
- d)- área de síndromes;
- e)- área de condutas típicas;
- f)- área de deficiências múltiplas;
- g)- área de deficiência física;
- h)- área de deficiência por causas patológicas.

CAPÍTULO III – DA ORGANIZAÇÃO

Art. 4º - O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência terá a seguinte organização:



ESTADO DA PARAÍBA
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SABUGI
RUA: Francisco Vicente de Moraes, 122 – Centro
SÃO JOSÉ DO SABUGI – PB. CEP: 58610-000
CNPJ Nº 088832170001-07

- I- Plenário;
- II- Secretaria Executiva;
- III- Comissões Especiais: Temáticas e Permanentes.

CAPÍTULO IV-
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS.

Art. 5º - Os recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência são constituídos de:

- I – contribuições do Município, consignado no seu orçamento ou em créditos especiais;
- II – doações, legados e outras rendas;

Art. 6º - A prestação de contas das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, inclusive da aplicação dos recursos financeiros que lhe forem destinados, será apresentada à Câmara Municipal juntamente com a prestação de contas do Prefeito.

Art. 7º - Dentro do prazo de 15(quinze) dias, contados a partir da publicação desta lei, o Conselho Municipal dos direitos da Pessoa Portadora de Deficiência será regulamentado por decreto.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Sabugi, PB, em 20 de Outubro de 2015.


IRACEMA NELIS DE ARAÚJO DANTAS
Prefeita Constitucional

LEI Nº 498, de 20 de Outubro de 2015

DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO
DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DI-
REITOS DA PESSOA PORTADORA DE
DEFICIÊNCIA E DAS OUTRAS PROVI-
DÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SA-
BUGI - PB, no uso de suas atribuições legais
faz saber que a Câmara Municipal APROVA
e ela SANCIONA a seguinte LEI:

CAPÍTULO I - Da Criação, Finalidade e Competência
Artigo 1º - Fica criado, vinculado à Secretá-
ria Municipal de Assistência Social, o Con-
selho Municipal dos Direitos da Pessoa Por-
tadora de Deficiência, órgão paritário, de ca-
ráter permanente, articulador, normativo,
deliberador e consultivo de valorização, aten-
dimento, defesa e preservação dos direitos
individuais e coletivos da pessoa porta-
dora de deficiência.

Artigo 2º - Ao Conselho Municipal dos Direi-
tos da Pessoa Portadora de Deficiência com-
pete estabelecer diretrizes que visem à imple-
mentação dos planos e programas de /
apoio às pessoas portadoras de deficiên-
cia, propondo medidas de defesa dos seus
direitos, articulação e fiscalização de Po-
líticas Públicas.

CAPÍTULO II

Da Composição e Funcionamento do Conselho.

Artigo 3º - O Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência terá seguinte composição paritária:

I - Um representante e respectivo suplente de cada um dos seguintes órgãos:

Secretaria Municipal de Assistência Social

Secretaria Municipal de Saúde.

Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultural.

II - Um representante e respectivo suplente do Ministério Público;

III - Representantes e respectivos suplentes da sociedade civil organizada. A seguir indicados:

a) representantes de organizações municipais de e para pessoas portadoras de deficiências;

b) representantes de organizações municipais de empregadores;

c) representantes das organizações municipais de trabalhadores.

§ 1º - Os representantes das organizações municipais de e para pessoas portadoras de deficiência serão escolhidos dentre os que atuam nas seguintes áreas

a) área de deficiência mental;

b) área de deficiência visual;

c) área de deficiência auditiva;

d) área de síndromes;

e) área de condutas típicas;

f) área de deficiência múltiplas.

- cy área de deficiência física.
- hy área de deficiência por causas patológicas.

CAPÍTULO III DA ORGANIZAÇÃO

Artigo 4º - O Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas Portadoras de Deficiência terá a seguinte organização:

- I - Plenário,
- II - Secretaria Executiva.
- III - Comissões Especiais: Temáticas e Permanentes.

CAPÍTULO IV DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 5º - Os recursos do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência são constituídos de:

- I - contribuições do Município, consignadas no seu orçamento ou em créditos especiais;
- II - doações, legados e outras rendas.

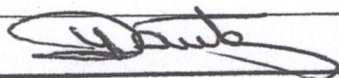
Artigo 6º - A prestação de contas das atividades do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência, inclusive da aplicação dos recursos financeiros que lhe forem destinados, será apresentada à Câmara Municipal juntamente com a prestação de contas do Prefeito.

Artigo 7º - Dentro do prazo de 15 (quinze) dias,

contados a partir da publicação desta lei, o Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência será regulamentado por decreto.

Artigo 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São José do Sabugi, PB, em 20 de Outubro de 2015.



Inacema Nélis de A. Dantas.
Prefeita Municipal.